

Sinopse das deliberações da Reunião Extraordinária do Conselho Universitário realizada em 14/11/2003

PDI – Análise da Estrutura Organizacional

1. O ConsUni reunido para análise da Estrutura Organizacional relativa ao PDI, conforme cronograma previamente estabelecido por este colegiado, face à proposta apresentada pela ADUFSCar, de adiamento do prazo para análise e debate sobre o PDI, bem como que tal deliberação seja tomada por um Congresso Universitário com atribuições exclusivas para tal, após ampla discussão sobre a proposta apresentada, decidiu dar continuidade aos trabalhos, por entender que o processo do PDI tem se caracterizado como de construção coletiva, tendo como princípio, a busca permanente de consensos. No entanto, com base nas considerações apresentadas durante a reunião, o colegiado decidiu encaminhar uma [síntese desta reunião](#) à toda comunidade da UFSCar

2. Face ao documento do Ministério da Fazenda, recentemente divulgado, relativo à reforma no gasto social governamental, onde um dos alvos principais é o financiamento das universidades federais, foi aprovada a elaboração de moção do ConsUni em defesa da universidade pública e gratuita a ser enviada ao Congresso Nacional. Também deve ser manifestada preocupação quanto à composição do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo presidente da República para, até 15 de dezembro, apresentar um plano de ação, visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES; neste Grupo de Trabalho, o MEC e o MCT são minoritários. [Moção](#).

Prezados membros da comunidade da UFSCar

O Conselho Universitário, reunido em 14/11/2003 para dar continuidade à apreciação das contribuições encaminhadas pela comunidade para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), após ampla discussão de proposta apresentada pela ADUFSCar, distribuída a todos os docentes, decidiu dar seqüência aos trabalhos. Tal decisão foi fundamentada nas seguintes considerações:

- o processo de construção do PDI tem sido reconhecido como um dos mais democráticos já realizado na UFSCar, garantido pela ampla e constante divulgação de todas as atividades, eventos e produtos: foram realizadas 25 atividades gerais e inúmeras reuniões e eventos promovidos internamente pelos setores, departamentos e segmentos. Dentre as atividades há que se destacar a Conferência de Busca do Futuro, da qual participaram 130 membros da comunidade interna e externa e que resultou no levantamento dos princípios e diretrizes da UFSCar para os próximos 15 ou 20 anos. Nesse evento procurou-se garantir a diversidade de opiniões e posições. Ao longo do processo foram também gerados 32 produtos coletivos, entre documentos-base, relatos, sistematização de propostas, compilações de contribuições, sem contar aquelas advindas dos departamentos/setores. Ao longo dos 20 meses de sua implementação, 27 Informandos abordaram o PDI, além das inúmeras mensagens eletrônicas enviadas pela inforede. A versão preliminar para apreciação da comunidade foi encaminhada nominalmente para cada servidor docente e técnico-administrativo e amplamente disponibilizada para alunos de graduação e pós-graduação; esse documento apresenta a relação das atividades e produtos e indicação sobre consultas que se fizerem necessárias. Além disso, a coordenação do PDI mantém um sítio (www.ufscar.br/pdi) atualizado sobre atividades, produtos e encaminhamentos;
- o processo de deliberação no ConsUni tem sido marcado pela valorização do consenso institucional e pela indicação de debate e aprofundamento para todos os pontos nos quais a convergência não foi alcançada;
- houve sempre a preocupação do Consuni em estabelecer prazos para cada etapa, de forma que a comunidade pudesse ter em mãos os resultados concretos de um esforço no qual se empenhou. Por outro lado, desde o início o cronograma foi flexível para respeitar o ritmo da discussão e proposição da comunidade a cada momento. A deliberação sobre o Aperfeiçoamento da Estrutura Organizacional da UFSCar também será encaminhada com o objetivo de consolidar decisões – sobre o que estiver suficientemente compreendido e maduro para decisão – e garantir tempo necessário para a solução de divergências, quando detectadas.

Assim, com base nas considerações apresentadas ao longo da reunião e aqui sintetizadas, o Conselho Universitário decidiu dar continuidade ao trabalho em curso, por entender que o processo tem se caracterizado como de construção coletiva tendo como princípio a busca permanente de consensos. Uma vez finalizados os trabalhos, o Conselho decidirá sobre quais serão as etapas posteriores para a sua implementação.

Conselho Universitário
14/11/2003

MOÇÃO

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, reunido em 14 de novembro de 2003, decidiu aprovar moção a ser encaminhada ao Governo Federal indicando a sua preocupação com o recente documento divulgado pelo Ministério da Fazenda intitulado “Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002”, particularmente pelo fato desse documento questionar o financiamento das universidades federais ao justificar que os ricos se apropriam de grande fatia dos gastos públicos e por sugerir que o financiamento das IFES é “fonte de distorções relevantes”.

Por tal diagnóstico é possível verificar que: novamente a análise econômica se sobrepõe à avaliação político-social; os recursos alocados no ensino público não são considerados como investimento no país; ao invés de se propor um maior investimento nas universidades federais a fim de que estas possam ampliar significativamente a oferta de cursos e vagas, procura-se diminuir os recursos, que já são tão escassos, por considerar que elas atendem apenas à classe alta. Sem contar que os dados utilizados estão baseados em relatório da OCDE de 1996, elaborado sem levar em consideração que no cálculo do custo dos alunos das instituições federais do Brasil estão computados os gastos com a pesquisa, com o atendimento nos hospitais universitários e com os salários dos aposentados. Cabe ainda ressaltar que os dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2001 mostram que a renda familiar dos alunos das instituições públicas é menor do que a das instituições privadas.

É importante mais uma vez salientar que são as IFES as responsáveis não só pela formação de profissionais altamente qualificados para atender as demandas do mercado mas, principalmente, pela maior parte da produção científica do país.

O Conselho Universitário entende, ainda, ser preocupante o viés econômico na discussão de qualquer proposta sobre a reforma das universidades, principalmente pelo fato de comissão recentemente formada pelo governo não contemplar explicitamente a participação da comunidade universitária.

É expectativa da UFSCar que a Universidade Pública tenha condições de continuar pública, gratuita e sendo sempre referência de qualidade e compromisso social.

São Carlos, 24 de novembro de 2003.

Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho
Presidente do Conselho Universitário